PROJETO DE LEI N°

/ 2023.

Reconhece o brega como manifestação da cultura nacional.

O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º Fica reconhecido o brega, gênero musical do nordeste e norte, como manifestação da cultura nacional.
 - Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de novembro de 2023.

CLODOALDO MAGALHÃES Deputado Federal





JUSTIFICATIVA

Os historiadores apontam que o gênero brega surge como expressão musical por volta dos anos 40 e 50, fazendo parte boêmia, se concentrando principalmente na região do Norte e Nordeste. Na década de 60, o brega se consolida com um gênero paralelo à Jovem Guarda, de forte apelo popular cujo teor das composições estava, geralmente, relacionado a desilusões amorosas, tendo como tema principal o cotidiano. No Recife, ícones como Reginaldo Rossi e Augusto César, referências do brega romântico, conquistaram os corações das classes populares.

Movimento periférico em sua origem e caracterizado por uma estética própria, o ritmo brega esbarrou em preconceitos sociais, em que ser "brega" significa possuir "mau gosto". "Assim como os fenômenos socioculturais: o *kuduro* em Angola, o *reggeaton* em Cuba e o próprio *hip hop* nova-iorquino, que nascem e alcançam um público numeroso, transportando a marca das camadas populares para os centros urbanos (OLIVEIRA, CRISTIANO, p. 17, 2015)¹, o brega originou um movimento singular que ultrapassou as barreiras sociais, econômicas e culturais, passando a traduzir o cotidiano e a luta das periferias.

Seja no visual do dia a dia, no estilo de dança característica do movimento do "passinho" e "aparelhagem" ou para os casais apaixonados que curtem o estilo mais romântico, ou até mesmo na forma de se apresentar nos bailes de "brega funk" ou "brega das antigas", o movimento que começou no Recife e no Pará se transformou em uma potência não apenas cultural, mas também econômica, onde uma ampla e vasta cadeia produtiva movimenta, e muito, diversas comunidades deste País. Com estilistas, produtores, gravadoras de videoclipes, compositores, artistas e diversos outros profissionais envolvidos, o gênero musical cria centenas de empregos, direta e indiretamente, além de servir como catalisador para o comércio regional do Nordeste.

De forma uníssona, os estudos asseveram a importância do fomento às políticas públicas de valorização dos bens culturais de natureza imaterial produzidos pelas comunidades.

¹ OLIVEIRA, CRISTIANO NASCIMENTO. **O tecnobrega é pop: cosmopolitismo, crítica musical e valor na música popular periférica.** Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco, 2015. Disponível em https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34221. Acesso em junho de 2021.



As singularidades das expressões culturais e os diversos processos de criações e crenças constroem as identidades que formam a diversidade humana (SEGATO, 1992). Neste contexto, a percepção da importância de salvaguardar símbolos que expressam a diversidade cultural da humanidade pauta a elaboração de políticas culturais para o patrimônio cultural imaterial. (MANSUR DE OLIVEIRA, p. 19, 2010. Grifo nosso)²

Nesse sentido, sabendo da importância que é reconhecer um bem cultural com o propósito de instituir políticas públicas de valorização, salvaguarda, preservação, manutenção e divulgação desse patrimônio, o Vereador do Recife, Marco Aurélio Filho, apresentou o Projeto de Lei 01/2021³, que foi sancionado pelo então Prefeito, João Campos, estabelecendo o "Movimento Brega" como Patrimônio Cultural e Imaterial do Recife, fazendo surtir efeitos práticos para que essa manifestação cultural e econômica possa se perpetuar⁴. A norma entrou em vigor em 29 de junho de 2021, sendo a primeira lei da atual legislatura da Câmara Municipal do Recife.

Da mesma forma, no Pará, a Lei nº 9.310/2021⁵, que declarou o "ritmo brega" integrante do patrimônio cultural e imaterial, reconheceu a importância das aparelhagens (aparelho de som com proporções gigantes) e das várias subdivisões musicais do brega como: o tecnobrega, calypso, melody, tecnofunk, dentre outros.

Assim, por todas as razões aqui expostas, buscamos, na presente Proposição, o reconhecimento do brega, gênero musical do nordeste e norte, como manifestação da cultura nacional. Destacamos que o referido título proporcionará maior visibilidade a um ritmo que já é patrimônio imaterial e cultural do Norte e Nordeste, além de contribuir para valorização e representatividade nacional da luta dos fazedores de cultura, impulsionando a economia e o turismo da região.

Diante da justeza de nossa proposta, contamos com o inestimável apoio dos nobres pares desta egrégia Casa para sua **aprovação**.

⁵ PARA. **Lei nº 9.310, de 15 de setembro de 2021.** Declara o "ritmo brega" integrante do patrimônio cultural e imaterial do estado do Pará. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/pa/lei-ordinaria-n-9310-2021-para-declara-o-ritmo-brega-. Acesso em novembro de 2023.



² MANSUR DE OLIVEIRA, M. Vidas dedicadas: a lei do registro do patrimônio vivo: transmissão, reconhecimento e tradição. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1106. Acesso em junho de 2021.

³ CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE. **Projeto de Lei Ordinária № 01/2021.** Declara patrimônio cultural imaterial do Município do Recife o "Movimento Brega". Disponível em: https://sapl.recife.pe.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=102716. Acesso em junho de 2013.

⁴ MOVIMENTO BREGA É TRANSFORMADO EM PATRIMÔNIO IMATERIAL DO RECIFE. **G1 PE**, 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/01/movimento-brega-e-transformado-em-patrimonio-imaterial-do-recife.ghtml. Acesso em junho de 2023.

Sala das Sessões, 08 de novembro de 2023.

CLODOALDO MAGALHÃES Deputado Federal

